SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
1 – NEGÓCIO JURÍDICO, FUNÇÃO SOCIAL, VÍCIOS SOCIAIS E V DO CONSENTIMENTO	
1.1 A origem social do negócio jurídico	17
1.2 Noção de negócio jurídico.	20
1.2.1 Fatos, atos e negôcios jurídicos – Atos jurídicos stricto sensu	20
1.2.2 Definições do negócio jurídico pela gênese e pela função – Corrente volur	itarista
e objetivista	25
1.2.3 Conceito de negócio jurídico - Posição adotada	
1.3 Defeitos do negócio jurídico	36
1.3.1 Vícios do consentimento e vícios sociais	
1.3.2 Vicios do consentimento	
1.3.2.1 Erro	
1.3.2.2 Dolo	
1.3.2.3 Coação	
1.3.2.5 Estado de perigo	
1.4 Função social e os negócios jurídicos.	
1.4.1 Função social do Direito e os negócios jurídicos	
1.4.2 Função social e repressão aos vícios sociais	
2 – FRAUDE CONTRA CREDORES	
2.1 Da responsabilidade patrimonial do devedor	
2.1.1 Patrimônio	63
2.1.2 Responsabilidade debitória e patrimônio garante	68
2.1.3 Disponibilidade de bens pelo devedor – Fundamento da fraude	
2.2 Entendimento, conceito e pressupostos	74
2.2.1 Entendimento e conceito de fraude contra credores	
2.2.2 Pressupostos da fraude contra credores	
2.2.2.1 Pressupostos essenciais (ou gerais)	
2.2.2.2 Pressuposto específico: consilium fraudis	
2.3 Fraude contra credores e ação pauliana: suas origens	
2.4 Validade do negócio jurídico e a fraude — A consequência da anulabilidade — Trata dado pelo direito comparado	imento 98
2.5 Fraude contra credores e os outros defeitos. Fraude à execução	
2.5.1 Fraude e os outros defeitos do negócio jurídico	
2.5.2 Fraude contra credores e fraude à execução	
3 – SIMULAÇÃO	
Conceito e caracterização do negócio jurídico simulado	
5.1 Concerto e caracterização do negocio juntideo sinidiado	



3.2	Espécies de simulação.	., 120
3.3	Simulação e figuras semelhantes	124
	3.3.1 Simulação e a reserva mental	
	3.3.2 Simulação e os negócios indiretos	126
	3.3.3 Simulação e fraude contra credores	127
3.4	Negócios em que a simulação pode ocorrer - Os tipos de simulação no Código Civil	128
	3.4.1 Negócios bilaterais e negócios unilaterais receptícios	
	3.4.2 Tipos de simulação no Código Civil	
	3.4.2.1 Simulação ad personam	
	3.4.2.2 Simulação de conteúdo	
	3.4.2.3 Antedata e pós-data	
3 5	Efeitos da simulação	
	3.5.1 Vício social que acarreta a nulidade	
	3.5.2- Situação no direito estrangeiro	
	3.5.3 Efeitos da simulação perante terceiros	
	3.5.4 Efeitos da simulação entre as partes contratantes	
	3.5.5 Efeitos da simulação absoluta	
4	RESERVA MENTAL	
	Considerações preliminares – A reserva mental e o Código Civil de 2002	
4.2	Divergência entre a vontade real e a vontade declarada	149
	4.2.1 Termos do problema em face da teoria do negócio jurídico	
	4.2.2 Teoria da vontade	
	4.2.3 Teoria da culpa in contrahendo	
	4.2.4 Teoria da responsabilidade	
	4.2.5 Teoria da declaração 4.2.6 Teoria da confiança	
	4.2.7 Confronto entre as diversas teorias – Análise do art. 112 do Código Civil	
4.3	Reserva mental: função social, conceito e elementos	161
	4.3.1 Função social e reserva mental	
	4.3.2 Conceito	
	4.3.3 Elementos 4.3.4 Natureza jurídica: vício social	
	4.3.5 Negócios jurídicas vicio social	165
120.00		
4.4	Reserva mental e figuras afins	
	4.4.1 Reticência	
	4.4.2 Declaração não séria	
	4.4.3 Lapsus linguae vel calami	
4.5	Modalidades de reserva mental	
	4.5.1 Reserva mental absoluta e reserva mental relativa	
	4.5.2 Reserva mental benéfica, reserva mental inocente e reserva mental ilícita	
	4.5.3 Reserva mental irrelevante, reserva mental não invalidante e reserva menta invalidante	
	Efeitos da reserva mental	
CO	NCLUSÃO	191
RE	FERÊNCIAS	195
	DICE ALFABÉTICO	
	VIVE INTIMETOR WILLIAM	** ** **

